

Marcha-ré

Márcio G. P. Garcia¹
22 de novembro, 2007

A patente deterioração da política econômica no segundo mandato de Lula mostra sua pior face na política fiscal.

O julgamento da maioria dos brasileiros sobre o governo Lula é positivo, como demonstrado pela reeleição e pelas pesquisas de opinião pública mais recentes. Até agora, Lula foi ajudado por magnífica bonança econômica internacional, que tem garantido altos preços para nossas exportações e abundantes capitais externos. Recentemente, a boa estrela do governo voltou a lhe valer, com a descoberta de petróleo que, segundo declaração oficial, poderá até levar o Brasil à OPEP.

Já o julgamento da história, a ser conhecido somente em algumas décadas, dependerá das realizações que sobreviverem a 2010, e contribuirão para que o Brasil se torne um país mais rico economicamente e menos injusto socialmente. A política econômica é parte fundamental do rol das políticas públicas, que influenciarão o julgamento da história sobre Lula vir ou não a ser considerado um estadista.

No campo macroeconômico, Lula encontrou duas fontes de vulnerabilidade entrelaçadas: a externa e a fiscal. O bom cenário internacional, que vem empurrando a economia brasileira, tem produzido efeitos opostos sobre ambas. Ao mesmo tempo em que a outrora terrível vulnerabilidade externa já não merece mais menção dos analistas econômicos, a vulnerabilidade fiscal só faz aumentar.

Tem havido forte expansão de gastos públicos na esteira dos aumentos da arrecadação tributária trazidos pela boa fase da economia, o que permite que o aumento de gastos não comprometa as metas fiscais correntes. As regras de boa gestão fiscal preconizam o oposto: aumento da poupança pública em tempos de alta do ciclo econômico, justamente para o governo poder gastar mais nos períodos de recessão. No caso brasileiro, dada a enorme carga fiscal, que prejudica o investimento, o emprego e o crescimento, a maior arrecadação deveria também ser usada para diminuir impostos.

Comparação interessante pode ser feita com o Chile. Muito mais do que o Brasil, o Chile vem se beneficiando enormemente da alta demanda internacional por suas exportações. Diferentemente do Brasil, contudo, vem poupando parte significativa desses saldos para tempos futuros. Já há alguns anos, o Chile adota regra fiscal baseada na manutenção de um superávit estrutural nominal (superávit nominal corrigido pelo ciclo econômico). Tal regra fiscal tem produzido significativa poupança pública. O Brasil, ao contrário, vem comprometendo os aumentos das receitas fiscais com mais gastos correntes. Pior ainda, boa parte dos gastos é permanente, enquanto as receitas fiscais acompanham o ciclo econômico. Ou seja, se não for alterada, a atual política fiscal acabará por gerar a crise fiscal da próxima recessão.

¹ Ph.D. por Stanford, professor do Departamento de Economia da PUC-Rio, escreve neste espaço uma sexta-feira a cada mês.

Os sinais emitidos pelas autoridades econômicas não são nada alvissareiros. Dos ministérios encarregados do planejamento e da execução fiscal quase nada mais se ouve sobre contenção do crescimento do gasto público a longo prazo. A única medida do PAC que visava restringir o aumento da despesa pública com pessoal pena pelos corredores do Congresso, e, mesmo abrandada, corre sério risco de não se tornar lei. É provável que ela já tivesse sido aprovada, se o governo desse, à tal proposta de lei, atenção semelhante à que vem dando à prorrogação da CPMF. Mas é evidente que o frágil equilíbrio fiscal depende, cada vez mais, de aumentos da já muito elevada e nociva carga tributária do que da contenção do crescimento de gastos públicos.

O mais preocupante, contudo, é que o Presidente parece ter sido convencido por seus novos assessores econômicos de que o caminho para o crescimento sustentado está no aumento do Estado brasileiro. Os encarregados de “pensar o longo prazo” vêm brandindo um rol de estatísticas estapafúrdias, para defender teses equivocadas de que o Brasil teria um Estado “raqüítico” ou “nanico”, necessitando prementemente de aumentá-lo. Chegou-se mesmo a propor a contratação de um milhão de funcionários públicos, sem sequer mencionar para quê, ou tecer qualquer consideração sobre a necessidade de tornar mais eficientes os gastos atuais.

Para financiar as novas contratações, propõe-se reduzir imediatamente as despesas fiscais com juros. Ora, só há duas formas de fazê-lo. A primeira é o Banco Central reduzir abruptamente a taxa Selic, que indexa, hoje, pouco mais de um terço da dívida pública. Tal ação afastaria o BC de seu mandato legal de cumprir as metas para a inflação, fazendo-a recrudescer. A segunda forma de cortar rapidamente os gastos com juros é o Tesouro dar calote na dívida pública. Não parece que o Presidente Lula, após tanto trabalho para construir sua atual imagem, possa vir a concordar com qualquer dos dois caminhos. Ou seja, o Presidente parece carecer, atualmente, de assessores que possam lhe explicar os efeitos concretos das opções de política econômica.

É notório que várias carreiras de Estado têm severas carências. Mas é igualmente sabido que há enormes desperdícios e ineficiências no setor público. A utilização de estatísticas corretas, que comparam os gastos primários (exclusive juros) do Brasil com os dos países de renda *per capita* semelhante, comprova que nossos gastos públicos primários não são, de forma alguma, pequenos. São, sim, ineficientes. Simplesmente contratar novos funcionários, sem reformar as estruturas que reproduzem as ineficiências no serviço público, só pioraria a situação a longo prazo. É bastante preocupante que tal retórica, claramente equivocada, venha encontrando eco no governo.

Premido pela crise de 2002, para viabilizar seu governo, Lula rompeu de fato com a política econômica que seu partido defendia antes da Carta ao Povo Brasileiro. Esta postura permitiu que o Brasil se recuperasse rapidamente da crise e usufrísse dos bons ventos da economia mundial desde 2003. A excelente situação atual vem permitindo, infelizmente, que pessoas e conceitos associados ao equivocado programa de política econômica anterior à Carta ao Povo Brasileiro, gradativamente, ganhem espaço dentro do governo e de sua política econômica, ameaçando o equilíbrio fiscal a longo prazo e a agenda de reformas fundamental para o crescimento sustentado.

Da decisão de Lula, de permitir ou não a continuidade da deterioração da política econômica que vem ocorrendo em seu segundo mandato, dependerá em grande medida

o desempenho da economia brasileira a longo prazo, e o conseqüente julgamento da história: um presidente com boa sorte ou um estadista que soube aproveitar sua boa estrela para realizar as mudanças necessárias para fazer o país avançar.